



Ata da Reunião Ordinária da Comissão Especial de Política Criminal e Penitenciária OAB SP

Aos 21 dias do mês de julho de 2020, às 18h00, realiza-se a reunião ordinária da Comissão de Política Criminal e Penitenciária, via plataforma digital Zoom.

Participaram da reunião os seguintes Membros:

1. Priscila Pamela
2. Carla de Andrade
3. Daniele Postoiiev Fogaça Terra
4. Ellem Todão
5. Konstantin Gerber
6. Matheus Pace
7. Isabella Goulart Xande
8. Leila Speeden
9. João Joaquim
10. Maria Antonia Guimarães
11. Pamella Vilar
12. Fabiana Zanatta Viana
13. Caio Naves Tardelli
14. Moisés Cardoso
15. Bia Kanamaro
16. Renata Amorim
17. Leandro Lanzellotti
18. Valeria Ceulin Pinton
19. Marcelo Feller
20. Vivian Peres
21. Viviane Balbuglio
22. Priscila Naves Tardelli
23. Marco Antonio Pereira

Foram abordados os seguintes assuntos:

1. Foram apresentadas e discutidas as ações que estão sendo realizadas pela Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/SP, no momento atual com especial atenção à situação de exposição de riscos e contínua violação de direitos que as pessoas privadas de sua liberdade estão enfrentando, fomentando esta Comissão, portanto, acalantar e responder às inúmeras demandas que surgem a todo momento em decorrência da pandemia, que avança ao quinto mês implacavelmente em nosso país;
2. A presidenta comunicou que a Comissão de Política Criminal foi acionada pelo IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais) e outras entidades afins, em razão de reclamações que estão sendo feitas por conta da morosidade no cumprimento de alvarás de soltura. Recebemos relatos de alvarás de soltura expedidos já há 4 (quatro) dias sem seu efetivo cumprimento. Discutiu-se sobre a possibilidade de cumprimento de alvará de soltura em audiência, aos finais

de semana, e especialmente aos sábados. Houve reunião com o secretário da SAP, Dr. Nivaldo Restivo, e este demonstrou receptividade quanto às propostas, mas entendeu ser necessária a interlocução junto ao TJ/SP. Foi enviado ofício à Corregedoria do TJ solicitando uma reunião para tratar da pauta do cumprimento dos alvarás de soltura.

3. Os ofícios enviados às 176 unidades prisionais solicitando informações individualizadas sobre as condições de cada unidade foram respondidos quase na totalidade. Concedemos prazo aos CRs que ainda não responderam e estamos trabalhando nos pedidos judiciais relacionados às unidades que não nos responderam.
4. Konstantin Gerber fez um parecer demonstrando a inconstitucionalidade da proposta trazida no edital para a privatização de 4 unidades prisionais e o documento agora será juntado na peça que a Priscila Pamela está confeccionando. Estamos há mais de um ano pleiteando a autorização para a habilitação nos autos na condição de *Amicus Curiae*, e finalmente o pedido foi deferido. Flavio Strauss, membro desta Comissão, também forneceu bastante apoio nessa ação;
5. Sobre a testagem massiva de coronavírus nas Unidades Prisionais, esta se iniciou pela Unidade de Sorocaba, tendo em vista a quantidade de internos contaminados por COVID-19, e posteriormente, houve a testagem em massa na Unidade de Osasco II. Depois será realizada em Hortolândia (já era pra ter sido feita a testagem, mas por problemas de conexão acabou sendo adiada). O cronograma das testagens é realizado pela Secretaria da Saúde, e não pela SAP. A Secretaria da Saúde estabeleceu procedimentos padronizados para que as Unidades lidem com a população que testar positivo na testagem rápida. Ainda entendemos como inseguros os resultados, já que são modalidades distintas e prazos de contaminação distintos, de modo que os dados nunca serão reais. Reforçamos a necessidade da realização desses exames na população prisional total, e de forma reiterada, buscando a atualização contínua desses dados. Pois em caso contrário, os dados serão sempre subnotificados, se não forem refeitos. Requisitamos que nos enviem a cada semana as atualizações desses dados.
Viviane Balbuglio complementa que há dados que são emitidos pelo DEPEN, e dados que são emitidos pela Secretaria da Saúde, por isso há incompatibilidade de informações.
Conclui-se que a maior dificuldade é obter de forma confiável e segura o número de presos contaminados, considerando os assintomáticos, e também, como o isolamento aqueles que estão contaminados com o coronavírus. Agora há protocolo para se seguir, em relação aos positivados, mas a dificuldade de aplicação dessas normas persiste, levando em conta o cenário prisional. Continuaremos constrangendo e motivando as instituições e órgãos responsáveis para que medidas urgentes sejam tomadas e a situação amenize;
6. Houve reunião da Comissão, representadas pela Presidenta e pelos integrantes Leandro, Viviane e Stefano, junto à SAP para apresentação de

proposta para a realização de comunicação via videoconferência entre as pessoas privadas de liberdade e seus familiares. Devido à pandemia, as pessoas que se encontram em privação de liberdade estão ainda mais incomunicáveis, pois não estão podendo receber visitas, cartas e mantimentos de seus familiares (e nos casos que recebem, há ainda mais restrições do que as de costume e há muitas dificuldades para o seu recebimento, conforme denúncias e reclamações). Considerando que as visitas familiares foram suspensas até a invenção de uma vacina para o coronavírus, a SAP elaborou a criação de um sistema de escaneamento e impressão de cartas para que os presos e presas possam ler e vislumbrar o manuscrito da pessoa que o enviou, bem como ofertar resposta na mesma modalidade, que é reenviada de forma digitalizada ao familiar.

A proposta de visitas virtuais via videoconferência foi super aceita pela SAP, na medida em que os aparelhos já foram instalados nas unidades para a realização de audiências, entrevistas com advogados, citações e intimações junto aos oficiais de justiça, atendimento médico, dentre outros, de forma que se poderia então aproveitar a própria estrutura já existente.

A implementação do projeto foi uma grande vitória desta Comissão, embora a SAP não tenha feito menção ao fato de a proposta ter sido apresentada pela OAB.

7. Leandro Lanzellotti fez um pronunciamento sobre a parceria com a Comissão de Diversidade Sexual da OAB/SP, informando que fomos convidados para participarmos da feitura de um manual sobre políticas voltadas à população LGBTs, sobretudo à respeito das dificuldades enfrentadas, citou que há um “Painel Diversidades”, que contém dados com estimativas de coordenadorias da SAP; Leandro também criou um arquivo via drive a partir de diversos documentos recebidos pela Coordenadoria de Reintegração da SAP (Mauro). Há um link do drive criado para acesso a este material, que será oportunamente divulgado na página da Comissão, no site da OAB;
8. Citou também sobre a necessidade da realização de capacitação dos servidores no trato com o público LGBT's, sendo que a SAP se prontificou a trabalhar em parceria com a Comissão de Política Criminal e Penitenciária e a Comissão de Diversidade Sexual. Contatos com a Carolina (SAP), e Luanda (Comissão de Diversidade Sexual da OAB/SP);
9. Marcelo Feller fez contato com a Presidente da Comissão Especial de Política Penitenciária, Ressocialização e Justiça Restaurativa da OAB Nacional, Dra. Ana Karolina Nunes, especialista em sistema penitenciário, a fim de estreitarmos as relações e trabalharmos juntos; e ela acolheu o pedido e até sugeriu que seja instaurado um “Colégio de Presidentes das Comissões Seccionais”, ou, ao menos, um grupo de *WhatsApp*, para trazer as pautas sobre Direito Carcerário, de forma a possibilitar a implementação de ações em âmbito nacional.
10. Foi enviado ofício a todos os Corregedores de DECRIM's com dados atualizados sobre a evolução nas contaminações dentro de Unidades, a fim de



reiterar a importância do acolhimento da Recomendação 62 do CNJ. O ofício foi elaborado pela Renata Amorim;

11. Priscila reforçou mais uma vez a importância na divulgação dos eventos promovidos pela Comissão, assim como incentivou as e os integrantes a se engajarem a apresentar propostas de eventos;
12. Relatamos novamente sobre a continuidade das oficinas culturais, que estão sendo realizadas de forma adaptada na PFS (Penitenciária Feminina de Santana) com o envio de novos materiais por e-mails e via correio, em razão do atual cenário de necessidade de isolamento social. Priscila novamente compartilhou os agradecimentos da Raquel (PFS), enfatizando que as oficinas seguem amenizando os impactos negativos provocados pela pandemia nas reeducandas. Retomou o assunto da necessidade de rateio entre os membros da Comissão que puderem colaborar com o custo dos materiais enviados mensalmente às reeducandas, para que as Oficinas Culturais possam ser realizadas (lápis de cor, canetas, as atividades impressas para cada participante e envio do material à Unidade), as quais a Carla de Andrade está coordenando;
13. Marcelo Feller e Konstantin Gerber fizeram o Pedido de Providências ao Corregedor do TJ, que indeferiu o pleito, ao argumento de não haver possibilidade de alimentar diariamente os sistemas com as informações de saúde de pessoas privadas de liberdade e de não poder interferir na atividade jurisdicional dos magistrados. O Matheus está trabalhando no novo pedido, que será remetido ao CNJ . A ideia é tentar agendar uma reunião com o Lanfredi para verificar a melhor forma de abordagem para alcançar resultados satisfatórios;
14. Matheus Pace, assistente do Marcelo Feller, integrará a Comissão de Política Criminal e Penitenciária como membro. Priscila enviará ofício à Secretaria da OAB;
15. As divulgações sobre as ações desta Comissão seguem sendo feitas na página do site e do facebook da OAB/SP.

Por ser a verdade, firmamos a presente.

Priscila Pamela dos Santos
Presidente

Daniele Postoiev Fogaça Terra
Secretária-Geral